



COMISSÃO PERMANENTE
FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO
(Art. 182, art. 183, inciso II e art. 189, inciso II, do RICMMN)

PARECER

PROJETO DE LEI N° 020/2025, DE 09 ABRIL DE 2025.

AUTORIA: FRANCISCA AURIJANE MARTINS DA CUNHA

MATÉRIA: Denomina de "Anne Kelly Nobre dos Santos", a Praça do Bairro Padre Assis Monteiro, localizada na rua José Nobre Filho, neste município, e dá outras providências.

➤ RELATÓRIO.

A propositura acima indicada foi encaminhada pela Vereadora Jane Martins, protocolado nesta Casa no dia 10/04/2025, por intermédio da **Mensagem n° 020/2025, de 09 de abril de 2025**, com esteio no art. 59, inciso I, da Lei Orgânica desta municipalidade.

O projeto de lei sob análise, como bem descreve a autora, pretende denominar de "Anne Kelly Nobre dos Santos", a Praça do Bairro Padre Assis Monteiro, localizada na rua José Nobre Filho, neste município, e dá outras providências.

Passo a emitir o parecer que ao final deve ser assinado por aqueles que estejam de acordo.

➤ DO DIREITO.

Dada a autonomia legislativa municipal delegada pelo art. 1º, art. 29 e inciso I do art. 30 da Constituição da República Federativa do Brasil, compete ao Município a edição de lei local tratando da matéria.

A Constituição Estadual do Ceará assim estabelece:

Art. 28. Compete aos Municípios:
I - legislar sobre assuntos de interesse local;

A Lei Orgânica deste Município dispõe em seu Art. 12, inciso I, "ex vi legis":

Art. 12. O Município de Morada Nova, pessoa jurídica de direito público interno, exerce em seu território as competências que, explícita ou implicitamente, não lhe sejam vedadas pela Constituição Federal e Estadual, com observância dos princípios seguintes:

I – respeito à Constituição Federal e Estadual;



COMISSÃO PERMANENTE
FINANÇAS, ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO
(Art. 182, art. 183, inciso II e art. 189, inciso II, do RICMMN)

➤ **CONCLUSÃO.**

Observando o texto da proposição conclui-se:

No tocante a admissibilidade, constata-se que a medida é de natureza legislativa e de iniciativa concorrente.

Concernente à matéria, insta esclarecer, inicialmente, **inexistir norma proibitiva quanto à matéria sob estudo, observado o seu cabimento e a possibilidade legal para apreciação** em obediência aos ditames regimentais, porquanto, encontra-se em conformidade com os aspectos constitucionais, econômicos e financeiros de que trata o art. 189, incisos II e seguintes, do Regimento Interno, desta forma, em condições de ser aprovado no que diz respeito aos aspectos que cumpre a esta Comissão analisar, conforme orientação da Procuradoria Jurídica desta Câmara .

Assim, quanto ao sistema municipal financeiro, vislumbra-se que nada impede a aprovação da proposição, visto que o objetivo da mencionada proposta à norma, encontra guarida orçamentária para sua execução, o que de pronto fica demonstrado que sua aprovação não apresenta riscos às finanças municipais.

➤ **VOTO.**

Assim sendo, não havendo óbices, manifestamo-nos favoravelmente, por unanimidade dos membros, à **APROVAÇÃO do Projeto de Lei n° 020/2025, de 09 de abril de 2025**, devendo seguir para discussão e votação em plenário, obedecendo aos trâmites da Casa e quórum qualificado da maioria absoluta para sua aprovação, conforme determinam os arts. 53 e 101, ambos da LOMMN, e art. 132 do RICMMN, tudo em acordo com a Procuradoria Jurídica desta Casa.

É o nosso parecer. **S.M.J.**

Este parecer deve ser lido e apensado ao citado projeto de lei para votação.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Morada Nova,
em 15 de abril de 2025.

Francisca Auriijane Martins da Cunha
Presidente

José Cleidiomar de Sousa
Membro

José Gomes da Silva Júnior
Membro